

Trabalho, memórias e identidades: os usos do passado na experiência da Cidade do Aço

Marco Aurélio Santana¹
Alejandra Estevez²

Resumen

A memória do período da ditadura civil-militar brasileira no que se refere ao movimento sindical foi tradicionalmente dividida em dois momentos: um primeiro (1964-1978) marcado pela desestruturação da organização operária, resultando em imobilidade e passividade, determinada pelo intenso controle estatal sobre suas organizações de classe ; e um segundo momento (1978-1985) identificado como de renascimento do movimento dos trabalhadores, cujas leituras costumam contercert a dose de heroísmo e idealizações. Este último período acabou virando a métrica pela qual se passou a medir as experiências operárias anteriores e posteriores.

Diante desta memória ainda hegemônica – constituída em um processo de mão dupla entre movimentos e academia -, o presente trabalho pretende problematizar estes pontos de vista, à luz do avanço das pesquisas mais recentes nessa área. Para tal, tomaremos a experiência da cidade operária de Volta Redonda (RJ) com o intuito de refletir sobre os mecanismos de enquadramento das memórias e a importância dos depoimentos orais para a desconstrução de interpretações já cristalizadas no tempo, permitindo-nos avançar na compreensão da realidade de luta e resistência da classe trabalhadora durante o período da ditadura.

¹ Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ. Coordenador do Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS-UFRJ). Foi Secretário-Geral da Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Atua, principalmente, nos seguintes temas: Trabalho, Trabalhadores, Lutas sociais e Ditadura Militar . É autor, entre outros, de *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil (SP/RJ, Boitempo/Unirio, 2001)* e *Bravos Companheiros: comunistas e metalúrgicos no Rio de Janeiro (1945-1964) (RJ, 7Letras, 2012)*.

² Pós-doutora pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), atualmente é pesquisadora da Subcomissão da Verdade no Tempo da Democracia da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e do Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS-UFRJ). Foi pesquisadora do GT sobre Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2014 e integra o grupo de pesquisa da UFF-VR sobre a atuação do 1º BIB, de Barra Mansa, desde 2014.

Trabalho, memórias e identidades: os usos do passado na experiência da Cidade do Aço

A história oral, desde seu surgimento enquanto metodologia de investigação, tem se apresentado como uma forte aliada na reconstituição histórica e da memória. Em termos políticos, principalmente para os movimentos operário e popular, cujas formas de organização e mobilização foram regularmente impactadas por ações repressivas ao longo da história, os depoimentos e testemunhos ocupam lugar de destaque entre as possibilidades de construção e reconstrução de memórias e identidades sociais. Em muitos lugares, tal metodologia se desenvolveu justamente no âmbito dos estudos sobre a classe operária ou setores subalternos da sociedade, frente à escassez de fontes escritas produzidas ou preservadas por estes grupos sociais e aos limites e possibilidades de seu acesso.

Apesar do movimento operário ter produzido inúmeras fontes escritas – desde atas de reuniões e assembleias até boletins e jornais operários que chegaram a ter grande abrangência – um volume pequeno delas foram preservadas ao longo da história. Além disso, deve-se levar em consideração a dinâmica de organização e os repertórios de ação mobilizados por estes setores, que podem ser melhor recuperados através dos depoimentos orais oferecidos pelos atores sociais envolvidos.

Por parte do movimento sindical, observa-se, em alguns casos, uma carência – para não dizer ausência histórica e quase generalizada – de políticas de preservação da documentação sindical, funcionando não raras vezes como mecanismo proposital de apagamento da memória de grupos opositores ou gestões precedentes.

No Brasil, a perseguição sofrida pelo movimento operário e popular ao longo da história republicana, tanto em períodos democráticos como ditatoriais, colaborou para este quadro. Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), por exemplo, teve lugar a destruição de volume até hoje não mensurado de documentos relacionados ao movimento sindical, empreendida tanto pelos agentes da repressão a serviço do Estado ou das empresas, quanto pelos próprios trabalhadores no intuito de eliminar eventuais “provas” que servissem como material incriminador ou em descaso frente a grupos e períodos históricos com os quais não se identificava.

As ações repressivas do regime militar sobre a classe trabalhadora teve início já no dia da deflagração do golpe de Estado de 1964, com a prisão ou fuga forçada de líderes sindicais e com o controle sobre os sindicatos mais ativos do país. A resistência

dos trabalhadores ao Golpe e à ditadura que daí decorreu ganhou o estatuto de subversão política. O Estado e o empresariado garantiram para si o direito de monitorar, perseguir e demitir seus empregados. Com o objetivo de impedir a organização da classe trabalhadora, empresas e Estado se associaram, dentro e fora das fábricas.

A invasão das sedes sindicais chamou a atenção não somente por sua voracidade e recorrência, mas também porque ela representou um elemento fundamental para a prisão e perseguição de diversas lideranças. Uma de suas consequências imediatas consistiu na apreensão de farta documentação que serviu, posteriormente, como material para a instalação de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), instaurados com o intuito de apurar a “subversão” no meio operário e sindical, como veremos mais adiante no caso de Volta Redonda.

A destruição sistemática de documentos do movimento sindical e popular, aliada ao medo ou desconfiança de se falar de um passado sombrio e recente, fez com que a história e a memória do movimento operário durante o período da ditadura permanecessem obscurecidas e atravessadas por inúmeros silêncios.

Comparativamente, olhado o período em seu conjunto, o movimento sindical e a literatura acadêmica sobre os mundos do trabalho privilegiaram o estudo das transformações advindas do processo de abertura política e redemocratização, quando os movimentos de trabalhadores demonstravam capacidade organizativa para a realização de greves e paralisações, mobilizando parcela significativa da classe trabalhadora.

O movimento conhecido como “novo sindicalismo”, que tem justamente na greve de 1978 no ABC paulista um de seus marcos iniciais, foi encarado com entusiasmo por setores militantes sindicais, que reivindicavam práticas e estratégias de luta renovadas, opondo-se assim a toda uma tradição construída pela hegemonia comunista-trabalhista, predominante na organização sindical das décadas precedentes.

A proposta de aproximação às bases teve como uma de suas preocupações a formação política dos trabalhadores e contou com um corpo de intelectuais orgânicos responsáveis pela afirmação do papel histórico da classe trabalhadora, das rupturas advindas a partir do golpe de Estado e das novidades trazidas pelos agentes frente ao que seriam práticas do passado (WEFFORT, 1972 e 1978). Como consequência, as experiências de luta de militantes históricos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e à tradição trabalhista, que hegemonizavam a política sindical nos anos 1950 e

início dos anos 1960, foram negadas e ofuscadas, na memória do movimento operário e sindical, pela emergência do “novo sindicalismo” (SANTANA, 1999).

Assim, a memória do período da ditadura no que se refere ao movimento sindical foi tradicionalmente dividida em dois momentos: um primeiro (1964-1978) marcado pela desestruturação da organização operária, resultando em imobilidade e passividade, determinada pelo intenso controle estatal sobre suas organizações de classe³; e um segundo momento (1978-1985) identificado como de renascimento do movimento dos trabalhadores, cujas leituras costumam conter certa dose de heroísmo e idealizações. Ele acabou virando a métrica pela qual se passou a medir as experiências operárias anteriores e posteriores.

Diante desta memória ainda hegemônica – constituída em um processo de mão dupla entre movimentos e academia -, o objetivo deste capítulo consiste em matizar estes pontos de vista, à luz do avanço nas investigações nessa área. Para tal, tomaremos a experiência da cidade operária de Volta Redonda com o intuito de refletir sobre os mecanismos de enquadramento das memórias e a importância dos depoimentos orais para a desconstrução de interpretações cristalizadas no tempo, permitindo-nos avançar na compreensão da realidade de luta e resistência da classe trabalhadora durante o período da ditadura.

Como chama a atenção Pollak (1992), a memória é um campo de disputas em aberto, onde nem sempre os grupos políticos hegemônicos são aqueles que saem vitoriosos na contenda pelos imaginários sociais. Nesse sentido, podemos afirmar que se a classe trabalhadora e as oposições políticas de maneira geral foram duramente atingidas pelo Estado autoritário, desde a abertura política observamos a predominância de um discurso bastante crítico ao autoritarismo de Estado e defensor das liberdades civis básicas como o direito de livre manifestação, livre expressão e livre reunião. Cabe agora, passadas três décadas do “renascimento” do movimento operário tão difundido por setores da academia, revisitar este período histórico e perceber não apenas os limites enfrentados pelos trabalhadores, mas também a capacidade criativa de seu movimento.

3 Ressalvando-se os pontos luminosos representados pelas greves de Contagem e Osasco, em 1968. Mas, estas seriam encaradas pela literatura mais como uma preliminar do período seguinte do que propriamente representantes do primeiro .

O que se disse sobre Volta Redonda: memórias de mobilização e luta

A centralidade da região sul fluminense no contexto econômico do Estado do Rio de Janeiro, aliada à importância histórica da cidade de Volta Redonda desde a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941, fizeram desta região palco de inúmeros eventos que marcaram a história dos movimentos sociais.

A pujança do movimento sindical na “cidade do aço”, em variados períodos históricos, chamou a atenção de historiadores e sociólogos do trabalho, fazendo da cidade uma das regiões mais estudadas no campo da produção em torno dos trabalhadores e suas organizações. O estudo pioneiro de Regina Morel (1989) sobre a cidade revelou os interstícios existentes entre fábrica e comunidade, na construção da “família siderúrgica”, e dali por diante estimulou a investigação em novas frentes de pesquisa. Pouco mais tarde, surgiram estudos (MANGABEIRA, 1993; GRACIOLLI, 1997) que buscavam explicar os acontecimentos que levaram à emergência de um movimento sindical que se autointitulava combativo e autônomo, em clara oposição à estrutura sindical controlada a mãos de ferro pelo Estado militar.

Novo conjunto de pesquisadores (BEDÊ, 2004; PEREIRA, 2005; SANTANA, 2006 e 2007; LIMA, 2010) se debruçaram, ao longo dos anos 2000, sobre os acontecimentos políticos da cidade, buscando apontar limites nas análises da década anterior e romper, em certa medida, com a visão negativa sobre a década de 1990 e o processo de privatização, demonstrando a capacidade regenerativa dos movimentos sociais e do próprio movimento sindical na região.

Vale notar que todos estes trabalhos investiram na coleta de depoimentos orais como fonte privilegiada de informações. Nestes trabalhos, podemos observar que, em muitos sentidos, os discursos dos atores foram o eixo condutor das problematizações históricas e serviram para balizar memórias em disputa. Além disso, à exceção do trabalho de Bedê (2004), que trata da era Vargas, pode-se notar uma forte concentração dos estudos em torno do sindicalismo dos anos 1980, celebrizado na memória coletiva dali por diante como o modelo e expressão da capacidade organizativa da classe. Nesse sentido, as interpretações formuladas sobre a história do movimento operário em Volta Redonda supervalorizou a experiência das greves de massa, tal qual o movimento do ABC paulista.

De maneira geral, estes trabalhos nos mostram que os metalúrgicos de Volta Redonda acompanharam *pari passu* a conjuntura sindical nacional, seguindo caminhos bem parecidos. Em fins dos anos 1970, eles começam a tentar romper com o que

julgavam uma prática sindical passiva, marcada pela liderança de setores ditos “pelegos”, de há muito na frente de sua entidade, e com as políticas da CSN que em muito prejudicavam os trabalhadores, sujeitando-os a condições de trabalho degradantes. Na década de 1980, setores progressistas tomaram o sindicato, modificando a relação de forças estabelecida no pós-1964.

Um dos pontos marcantes desse processo será a “abertura” do sindicato para os demais movimentos sociais que foram se desenvolvendo na cidade, muitos deles surgidos sob a chancela da Igreja católica local, capitaneada pelo bispo progressista Dom Waldyr Calheiros. No bojo do processo de redemocratização, as articulações entre o sindicalismo e os movimentos sociais empreendidas na cidade marcam um período de grande mobilização e associação desses movimentos levados a cabo por trabalhadores, dentro e fora das fábricas, com o apoio da Igreja católica.

Articulados, os movimentos sociais de Volta Redonda passam a ter uma inserção maior e mais profunda na cidade. Os metalúrgicos usavam seu poderio em termos de sede para reuniões, recursos para mobilização e divulgação etc. E recebiam em retorno o apoio em termos de logística para suas operações específicas, como as sucessivas greves que marcaram a cidade na época e mesmo o país. A associação entre movimentos populares e trabalhadores era constante, como lembra uma militante da época:

Em Volta Redonda a gente fazia junto... qualquer coisa. Se fosse ocupar uma terra, lá tinha movimento sindical... Tinha a Igreja e tinha as associações de moradores, a comissão de posseiros, a comissão de direitos humanos, sabe? [...] As organizações pipocavam em todos os lados, cada provocação, cada semente que você jogava era um monte de coletivos que surgiam. (Militante do movimento pela moradia)

O sensível ascenso sindical e popular dos anos 1980 pode ser representado de diversas maneiras tanto nas sucessivas greves de metalúrgicos, quanto na vitória de Juarez Antunes, que fora presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e deputado federal, para a Prefeitura da cidade. O alcance atingido pelas mobilizações fica patente no relato de um sindicalista.

Essas mobilizações, elas influíram de modo decisivo em todo o contexto da cidade, desde eleições para as associações de moradores... na organização dos camelôs, comerciários, construção civil, motoristas, trabalhadores de ônibus. É claro, onde que teve com mais profundidade foi nos metalúrgicos [...] E, finalmente, a própria eleição do Juarez para a prefeitura refletiu essa mobilização e a amplitude dela, e foi um dos candidatos mais votados em toda a história da cidade. [...] Quer dizer, então todo o tecido social, estudantes,

professores, todo o tecido social estava envolvido naquela mobilização. (Militante sindical I)

Isso acabou mesmo por arrolar toda a cidade nos efeitos das mobilizações, como foi o caso da famosa e trágica greve de 1988. A memória coletiva indica as ligações entre o movimento no interior da empresa e o apoio extra-fábrica que garantia vitalidade e força aos trabalhadores. Como já vinha sendo feito, outros movimentos sociais deram suporte aos operários em suas mobilizações.

No caso dessa greve, por exemplo, não só as associações de moradores se empenharam como também as mulheres e familiares dos trabalhadores, levando comida aos portões da fábrica garantindo alimento aos grevistas. Não só o espaço fabril, mas o espaço da cidade, virou campo de disputa. A ação do Exército durante a greve foi bastante sintomática da rudeza tomada por essa disputa. No terceiro dia de uma greve que duraria 17 dias, três operários, William, Valmir e Barroso, foram assassinados pela ação do Exército no interior da usina.

Apesar da dor, tudo isso deu aos trabalhadores uma grande visibilidade. Observou-se dali em diante a construção e disseminação de um discurso crítico ao autoritarismo típico do regime militar que acabava de findar. Assim, a greve é inscrita na memória local, de maneira que todos os habitantes da cidade compartilham as “lembranças” do dramático evento, mesmo aqueles que dele não participaram efetivamente. Memórias vividas e herdadas (POLLAK, 1989) se confundem atualmente nos relatos sobre os acontecimentos dos dias que duraram a greve. Os pronunciamentos públicos, a missa celebrada por ocasião do assassinato dos três operários, a solidariedade das famílias dos trabalhadores, todas estas imagens estão inscritas no imaginário coletivo, influenciando e determinando as visões sobre os fatos.

Dessa forma, na memória destes atores, os anos 1980 são anos caracterizados como de “força”, “vitoriosos” e “gloriosos”, criando uma representação do espaço em uma chave positiva e ascendente. Olhados em seu conjunto, portanto, os anos 1980 foram experimentados em Volta Redonda como de retomada das lutas sociais. Com o apoio da Igreja católica, os movimentos sindical e social produziram uma forte articulação. Ela deu uma base sólida de apoio para que as mobilizações no espaço fabril e no espaço urbano formassem uma só e única trama. Isto produziu um impacto político, chegando a ter reverberações nas eleições aos parlamentos local e nacional, mas, sobretudo, ao executivo local. Foram vividos e são lembrados nas memórias como anos gloriosos, que pareciam inquebrantáveis.

O que não se disse sobre Volta Redonda: memórias esquecidas e silenciadas

Como vimos, parte da história e da memória sobre a cidade de Volta Redonda foi construída pelos próprios atores envolvidos no processo de renovação política dos anos 1980. Assim, disseminou-se certa versão em torno da passividade da classe trabalhadora durante os anos do regime militar até a abertura política. Com isso, ignorou-se não apenas as violações praticadas contra o conjunto da classe trabalhadora na cidade desde o dia 1º de abril de 1964, mas também as estratégias de resistência e luta adotadas no decorrer do regime autoritário pelos trabalhadores e sua aproximação com outros setores da sociedade civil, como o movimento católico progressista, liderado pelo bispo Dom Waldyr, e as organizações revolucionárias que se instalaram na cidade.

Apenas bem recentemente estas páginas da história começam a receber a devida atenção, revelando novos personagens, elucidando episódios parcialmente conhecidos, revendo versões cristalizadas. Através das investigações levadas a cabo pela Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda Dom Waldyr Calheiros (CMV-VR)⁴ e pelo grupo de pesquisa da UFF-VR⁵, que investiga as atividades do I Batalhão de Infantaria Blindada do Exército sediado na cidade vizinha de Barra Mansa durante a ditadura, alguns episódios ganharam novo colorido, novos personagens, novas problemáticas.

Estes relatórios reconstróem historicamente as circunstâncias das violações praticadas por agentes militares e civis contra a população, na região sul fluminense. As investigações da CMV-VR apresentam 14 casos que se estendem dos primeiros dias da ditadura até a explosão do monumento 9 de Novembro, no ano de 1989, já em pleno regime democrático. Já o grupo de pesquisa da UFF-VR vem desvendando o processo de institucionalização das práticas repressivas a partir da ação do batalhão responsável por “assegurar a ordem pública” na região, revelando as relações existentes entre a alta

4 A CMV-VR foi criada pela Lei Municipal 4.945/2013, instalada no dia 10/09/2013 e encerrou seus trabalhos dois anos depois, em 10/09/2015, em cerimônia pública realizada na Câmara Municipal de Volta Redonda.

5 O projeto intitulado O 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército e a repressão militar no Sul Fluminense encontra-se em andamento, conduzido por grupo de pesquisa da UFF-VR sob a coordenação de Ozanan Carrara e tem previsão para encerrar-se em março de 2016. O projeto foi financiado pelo Edital nº 38/2013 da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) a fim de subsidiar parte das investigações da Comissão Estadual da Verdade do Rio (CEV-Rio).

hierarquia do exército, a direção da CSN, a polícia civil e as instâncias do poder municipal.

A reconstituição histórica exposta em ambos os relatórios indicou os grupos sociais mais atingidos pelas forças repressivas. O primeiro grupo a sofrer as consequências diretas da perseguição política foram os trabalhadores da CSN e os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos da região. Ainda no mês de abril de 1964 foi instalado um IPM para apurar os responsáveis pela mobilização grevista ocorrida no dia do golpe de Estado, com o intuito de resistir às forças golpistas e demonstrar o apoio dos operários ao governo de João Goulart⁶. A articulação entre militares e a direção da CSN fica clara desde o início, provocando sistematicamente a demissão de trabalhadores, que passavam a enfrentar dificuldades para encontrar emprego na região.

O caso de Volta Redonda reforça a tese exposta no capítulo sobre trabalhadores do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) de que a classe trabalhadora foi o principal alvo do golpe de 1964 e um dos primeiros grupos a sofrer as consequências da perseguição política⁷. Além do IPM contra os sindicalistas da CSN a que nos referimos acima, no mês de maio seria aberto novo inquérito, desta vez para apurar os crimes contra a segurança nacional. O IPM da Subversão, como foi chamado, voltou-se prioritariamente para as atividades praticadas por membros do PCB da região, mas também envolveu a investigação de atividades de sindicalistas, parlamentares e do grupo dos onze que havia se formado em Volta Redonda. Os acusados de subversão eram sindicalistas, comunistas e trabalhistas que desenvolviam atividades no partido, no sindicato, na mobilização grevista organizada no dia do golpe de Estado, entre outras. O caráter de classe da ditadura ficava claro desde o início.

Os militares da região, através da ação do I BIB, se dedicarão nos primeiros anos do regime militar a indiciar e/ou prender as principais lideranças sindicais, perseguir e ameaçar trabalhadores com demissões ou outros constrangimentos, desarticular o movimento operário. O golpe de 1964 foi eficaz, desestruturando a organização sindical construída ao longo dos anos 1950 e 1960 e obrigando a classe trabalhadora a criar

6 Para mais informações sobre a mobilização grevista no dia do golpe na CSN, ver CMV-VR. Relatório Final (2013-2015). Volta Redonda, set. 2015 e UFF-VR. Relatório Parcial in CEV-Rio. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

7 O relatório da CNV aponta que, ao lado dos trabalhadores, os militares representaram outra categoria significativamente atingida e perseguida logo após o golpe de Estado de 1964. No entanto, diferente dos militares, sucessivas ondas repressivas se abaterão sobre a classe trabalhadora ao longo dos 21 anos de regime militar, afetando a maior parte da população brasileira.

novas estratégias organizativas para resistir às arbitrariedades do novo regime e ao arrocho salarial que já começava a pauperizar a classe trabalhadora.

A partir de 1966, com a chegada do bispo Dom Waldyr à região, os católicos progressistas se tornaram o novo alvo das perseguições políticas. Isso porque a Igreja passava a se dedicar a um trabalho pastoral junto às comunidades mais pobres e se posicionava de forma crítica ao regime militar. Padres e militantes católicos foram intimados, obrigados a prestarem depoimentos, presos e torturados, sob a responsabilidade do comandante do 1º BIB. Após o AI-5, a tortura foi institucionalizada no batalhão, atingindo trabalhadores, militantes católicos, militantes de organizações revolucionárias e até mesmo militares de baixa patente. Assim, o 1º BIB se tornou um centro militar de tortura para opositores do regime, como um dos braços do sistema DOI-CODI que funcionava no Rio de Janeiro.

A repressão desde cedo devassou a vida do trabalhador, ameaçou, prendeu arbitrariamente, exigiu sua demissão, espancou. Quando o aparato repressivo chegou ao 1º BIB, com seus métodos eficientes de tortura, será novamente um trabalhador o primeiro a sofrer seus efeitos. O operário Genival Luís da Silva, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos eleito em 1963 e afastado da entidade quando do golpe de 1964, reconquistou a diretoria apenas em 1968, para ter mais uma vez seu mandato cassado, desta vez por determinação do AI-5. Em seguida, foi demitido da CSN, ao lado dos outros dois membros da diretoria, e preso (durante 89 dias)⁸. Seria na segunda prisão, contudo, em abril de 1969, que Genival seria submetido a sucessivas torturas, as quais relatou em depoimento à CMV-VR⁹. Dom Waldyr seria o primeiro a denunciar as graves violações cometidas pelo 1º BIB, dando origem ao IPM das torturas¹⁰.

8 Além de sindicalista, Genival pertencia à organização guerrilheira Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

9 Depoimento de Genival Luís da Silva à CMV-VR, de 09/02/2014. Disponível no Centro de Memória do Sul Fluminense.

10 Este IPM, conduzido pelos próprios militares acusados, concluiu pela inexistência da prática de tortura no batalhão, apesar do operário Genival ter sido obrigado a prestar depoimento ainda hospitalizado em decorrência das torturas sofridas. Para maiores informações, ver Relatório da CMV-VR, set. 2015 e UFF-VR. Relatório Parcial in CEV-Rio. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

Outro exemplo interessante, que demonstra a articulação entre os setores progressistas católicos e as organizações revolucionárias, diz respeito às condições de prisão do padre Natanael de Moraes Campos, assistente religioso da Juventude Operária Católica (JOC) e dos jocistas João Cândido de Oliveira e Hélio Medeiros de Oliveira, acusados de ligações com a Ação Libertadora Nacional (ALN), em 1970. Segundo ofício do Ministério do Exército, a documentação apreendida comprovaria a “intensa atividade da célula da JOC em Barra Mansa e Volta Redonda, de caráter terrorista, com ramificações em São Paulo e Guanabara, sob a orientação dos padres Arnaldo Alberto Werlang (Arnaldão) e Natanael de Moraes Campos”¹¹.

Os depoimentos de Emídio Jeremias e José Ventura, presidente e dirigente da JOC de Volta Redonda, respectivamente, revelam a criação de uma célula clandestina da Fração Operária, em 1970, vinculada ao Partido Operário Comunista (POC) e liderada por Estrella Bohadana (codinome Lúcia). Além dos militantes da JOC e do POC, conforme divulgou o relatório da CMV-VR, registrou-se também a participação de Sérgio Galvão, militante da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), que ajudava Estrella na mobilização do movimento estudantil, de Edir Inácio da Silva, ligado ao PCBR e de Carlos Alberto, vinculado ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). O resultado foi a prisão de vinte militantes, a maioria deles jocistas.

Muitos destes militantes, presos já sob o contexto inaugurado pelo AI-5, serão submetidos a novos tipos de torturas. Edir, em depoimento à CMV-VR, relata o procedimento adotado nos interrogatórios, que visava comprovar a subversão dos militantes da JOC:

Ai ele chegava e colocava a gente de frente e perguntava “Você conhece fulano?”, eu respondia “Ah! Conheço” ou “Não”, “É da JOC?”. Ai ele pegava, me sentava na cadeira e sentava na mesa atrás de mim, escorado em mim e telefone no ouvido. Sou surdo de um ouvido até hoje¹².

Padre Natanael, acusado de liderar a célula comunista que atuava por meio da JOC, foi torturado ao lado de Estrella Bohadana e Edir Inácio em um ritual macabro que os militares chamaram de “procissão”. Natanael denunciou em carta à época:

Ligados um ao outro por algemas e fios elétricos, acompanhávamos esse sargento (Pires) que com a máquina elétrica nos dava choques

11 Citado em UFF-VR. Relatório Parcial in CEV-Rio. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

12 Depoimento de Edir Alves de Souza, coletado pela CMV-VR, em 20/03/2014.

enquanto um cabo (Alberto) cantava a música ‘J. Cristo eu estou aqui’, assim caminhamos uns 40 minutos até voltarmos ao mesmo lugar de reclusão¹³.

Como vimos, depreende-se um contexto pleno de violações dos direitos humanos voltado contra a classe trabalhadora. Na cidade de Volta Redonda, observa-se a interpenetração entre movimento operário, movimento católico progressista e organizações revolucionárias durante todo esse período. Ao invés de pura desorganização e passividade por parte do movimento operário, o que se constata é uma dinâmica contestatária que se articula, por conta de sua importância, em torno da Igreja católica para denunciar as arbitrariedades do regime militar e lutar pelo seu fim.

Usos do passado, memórias e identidades em dois momentos

Ao observarmos os dois sub-períodos da ditadura podemos perceber que o movimento sindical, enfrentando situações distintas, transitou também em regimes de ação e, obviamente, de memória diferentes. Nos anos 1980, a partir de enfrentamentos “para fora” com patrões e a ditadura; bem como com tensões “para dentro” com as chamadas “esquerdas tradicionais”. Apoiados em análises e discursos acadêmicos, foi se cunhando a noção de “novo sindicalismo”.

Isso se operou na construção de uma matriz discursiva que não só funcionava para a leitura do presente, mas também de uma construção acerca da própria história e memória anteriores do movimento. A constituição de uma identidade de “classe trabalhadora” – ela mesma mais inclusiva do que a já tradicional “classe operária” – serviu para incorporar, organizar e galvanizar cada vez mais setores das classes trabalhadoras no Brasil. Aparentemente era bem clara a distinção entre o “nós” e o “eles”.

A identidade de uma “nova classe”, sob “novo tipo de organização”, se produziu, de certa forma, às expensas das trajetórias passadas, vistas como algo “superado”, “pelego”, “velho” e “derrotado”. Tal identidade surgia como se fosse o grau zero, inventando suas tradições. Contudo, dadas as formas de sua produção, ela acabou também por obscurecer muito da trajetória anterior, cuja visão um pouco mais desarmada só seria possível em momento posterior, quando essa mesma identidade já se repensava, frente aos impactos da nova conjuntura que viveria.

13 Carta de Padre Natanael, de 20/01/1971. Arquivo da Cúria Diocesana de Barra do Piraí/Volta Redonda, CD-ROM 3, Documento 017.

Aos “velhos” do pré-1964, derrotados, cassados, perseguidos, banidos e presos pouco espaço restava para falarem de suas próprias experiências, em seus próprios termos. Sua história e memória seriam construídas à revelia e, até mesmo, contra eles.

Esse tipo de construção não impediu, embora talvez tenha limitado, a empreitada com centros de memória. Nos anos 1980, no declínio e depois na saída do período ditatorial, começam a aparecer, por diversos lados, a preocupação com a questão da memória, seja nos sindicatos, seja nas universidades, entre os grupos militantes etc. Desejava-se menos trabalhar a memória das categorias ou grupos em seu “passado”, mas em muito, produzir a memória do que se passava ali, no presente, em cada uma das lutas, das manifestações, das conquistas. Era a luta de vida e morte contra o esquecimento imposto e promovido pela ditadura.

Mas, assim como outras políticas, muitos desses centros de memória, principalmente nos sindicatos, tiveram sérios problemas para se manterem e/ou continuarem seu trabalho. Alguns se tornaram verdadeiros “heróis da resistência”. Por isso, não foram muitos os que sobreviveram.

A chegada dos anos 1990 promoveu uma forte alteração deste registro. Frente à chamada “coqueluche neoliberal”, quando trabalhadores e sindicatos sofreram duros impactos em suas formas de trabalho, vida e organização, um dos pontos mais impactados foi exatamente a identidade construída na década anterior, tendo relação direta com o agenciamento coletivo das lutas. Falava-se então em um mundo onde supostamente viveríamos o fim do “trabalho” e do “emprego”, onde entraríamos na “sociedade dos serviços”, na qual a venda da força de trabalho seria substituída pelo fornecimento/contratação de serviços.

Em tal quadro, como ficaria o ser trabalhador? Segundo a concepção liberal disseminada, os trabalhadores se perceberiam e identificariam mais como intermediários na lógica do consumo do que produtores na lógica da produção. Vale lembrar a disseminação deste tipo de visão, que, mesmo no coração da produção, tem se operado através do quase banimento de termos como “trabalhador” e “operário”, os quais vêm sendo substituídos por outros tantos, tais como, “colaborador”, “parceiro”, “cliente/fornecedor interno”, apagando discursivamente qualquer possibilidade mais politizada e conflitiva de identidade e classificação. Neste universo de sentido, fica excluída toda ideia de “luta” e “conflito”, em nome da “colaboração”; já que colaborador não conflita, colabora. Não foram raros os relatos de sindicalistas e militantes acerca das dificuldades de se fazerem ouvir pelo que seriam os trabalhadores

nesse novo contexto. Sente-se um claro processo de tentativa de individualização das condutas e ações dos trabalhadores nas empresas nos sentido de suas demandas e interesses. Assim, ficam em situação difícil os que apelam e são instrumentos da luta coletiva.

Em um quadro como esse é sintomático que tenhamos visto um novo despertar de projetos de memória pelos sindicatos e grupos de trabalhadores. Em um mundo que perde suas referências e a identidade se corrói, a memória tem um espaço importante e de destaque na (re)construção de vínculos e pertença¹. Para uma classe que, após as enxurradas dos 1990, busca suas referências, os projetos de memória podem ser uma ponte de relevo contra a nova ameaça do esquecimento, produzindo sentido sobre as trajetórias passadas e as experiências que se abrem. Nesse mundo “sem trabalhadores”, a memória pode ser um instrumento indispensável para localizá-los no espaço social e produtivo, identificar os variados e criativos repertórios de ação mobilizados, bem como as forças políticas aliadas e aquelas contra as quais se organizam os trabalhadores.

Esse trabalho de memória, de importância inquestionável, deve ser realizado sob um crivo atento. Isso porque ele está, como todo trabalho desse corte, sujeito a uma série de possíveis problemas que podem vir a reduzir ou até inverter seus impactos. Aqui, sem possibilidade de muito detalhamento, poderíamos indicar apenas alguns. Deve-se ter claro que tais projetos, por mais que estejam associados ou baseados em entidades sindicais, eles perdem muito se forem pensados apenas como uma memória institucional. Quanto mais estes projetos forem desenvolvidos pelos próprios trabalhadores e por sua classe, mais forte e rico ele será. O mesmo ocorre com as memórias mais restritas que se pensam apenas a partir de um determinado setor ou grupo do movimento, buscando se passar por algo mais amplo e geral.

Deve-se preocupar com as idealizações e o enviesamento dessa construção da memória. Não basta dizermos que a memória é seletiva *per se*. É preciso lidar com a seletividade da memória. Uma memória não se torna rica e importante apenas por falar de vitórias, conquistas etc. Ela pode e deve tratar também dos pontos difíceis da trajetória da classe, de seus impasses, dos becos sem saída e derrotas. Quanto mais polifônicas em seu enquadramento (grupos, processos, períodos, eventos etc.), mais as construções da memória serão inclusivas e darão conta da complexidade das experiências dos trabalhadores.

É claro que a construção da memória não se dá sem disputa, conflito entre os grupos. Mas há formas e formas de se lidar com isso e encaminhar o conflito em termos

de sua aparição nas construções da memória. Assim, levando em conta esses e outros aspectos de sua construção, a memória serviria como âncora e plataformaⁱⁱ para dar referência, identidade e potencializar ações coletivas, ainda em mundo que, aparentemente, já se deslindou desse tipo de processo.

Considerações Finais

Os depoimentos orais tem se mostrado um instrumento fundamental para a elucidação dos fatos ocorridos durante o período autoritário e seus impactos sobre o movimento operário e popular, abrindo um espaço de escuta e a possibilidade de inscrição simbólica da tortura, do desaparecimento e dos assassinatos por agentes do Estado na memória histórica do país. Além disso, eles têm sido indispensáveis no sentido de fornecer acesso às formas pelas quais os atores sociais constroem e reconstroem suas histórias e como interpretam suas experiências articulando passado, presente e futuro.

A relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado é um dos pontos mais ricos na experiência com a história oral. Esta relação, em um contexto de geração de documentos, tem dado sua importante colaboração ao relativizar posturas mais rígidas sobre a separação entre sujeito e objeto no campo da pesquisa. Grande parcela da força deste procedimento vem do fato de que o uso do testemunho oral possibilita ao pesquisador o acesso a perspectivas e nuances que podem estar fora do seu alcance a partir de outras fontes documentais.

O lançamento de novos olhares para um período que por muito tempo acreditou-se que só seria possível enxergar opressão e desorganização nos revela, de um lado, a mescla fecunda ocorrida entre o movimento sindical e os movimentos sociais durante a ditadura e, de outro, a capacidade de, frente aos diferentes atores sociais, de origens diversas, recuperar tanto os debates em pauta à época, quanto as estratégias de luta e organização que vão tecer as condições para o chamado “despertar” da classe trabalhadora em fins dos anos 1970, com as grandes greves dos metalúrgicos. À luz dos testemunhos, começa a emergir uma teia complexa em que diferentes grupos sociais forjam estratégias renovadas de luta para enfrentar um inimigo forte e autoritário.

O exemplo da cidade do aço e o atual estágio das investigações contribuem para a revisão destas memórias cristalizadas no tempo. Vitórias e derrotas se entrelaçam ao longo da história do movimento operário, atuando na reconstrução do próprio processo histórico, das experiências forjadas no seu fazer-se, atravessadas por dúvidas, vontades,

utopias. No período da ditadura militar, como buscamos demonstrar, não foi diferente, nem exclusividade de um momento histórico específico.

Um pouco mais afastados das contendas políticas de então, podemos observar um momento de revalorização de trajetórias individuais e coletivas como a do operário comunista Genival Luís da Silva. O reconhecimento de sua importância histórica para o movimento operário nos relatórios da CMV-VR, CEV-Rio e do grupo de pesquisa da UFF-VR, por exemplo, tem influenciado o meio sindical. Sindicalistas e militantes dos anos 1980, que haviam durante muito tempo rechaçado a história pretérita, ao tomarem conhecimento das histórias de dor e luta de seus companheiros de classe que atuaram antes deles, ensaiam uma aproximação e vem demonstrando um sentimento de respeito e, até mesmo, admiração.

E é neste cruzamento entre academia, sindicatos e movimentos sociais que vão sendo modeladas novas leituras sobre o passado, onde é possível interpretar como parte de um mesmo processo as derrotas e vitórias, rachas e novas alianças, enfrentamentos e concessões, sofrimentos e conquistas.

Referências Bibliográficas

- BEDÊ, Waldyr Amaral. *Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964)*. Volta Redonda: SMC/PMVR, 2004.
- CMV-VR. *Relatório Final (2013-2015)*. Volta Redonda, set. 2015.
- GRACIOLLI, Edílson José. Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988. Uberlândia: Dissertação de Mestrado em História/Universidade Federal de Uberlândia, 1997.
- GUZZELLI, Dante Guimaraens. “O dever de memória e o historiador: uma análise de dois casos brasileiros” in Mosaico, n° 4, ano II, 2011.
- LIMA, Raphael Jonathas. A ‘Reinvenção’ de uma Cidade Industrial: Volta Redonda e o pós privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. Rio de Janeiro: PPGSA/UFRJ, Tese de Doutorado, 2010.
- MANGABEIRA, W. Os dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro, Anpocs/Relume Dumará, 1993.
- MOREL, Regina. A Ferro e Fogo – Construção e Crise da “Família Siderúrgica”: o caso de Volta Redonda (1941 –1988). São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia/Universidade de São Paulo, 1989.
- PEREIRA, Sérgio M. “A Trajetória de uma Liderança: História de Vida e Ação Sindical em Volta Redonda”. In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, ANPUH, 2005.
- RICOEUR, Paul. “Memory, history, oblivion” (Memória, história, esquecimento) no âmbito de uma conferência internacional intitulada “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”.

SANTANA, Marco Aurélio. “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N. 41, São Paulo, ANPOCS, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio. “Da plenitude ao vazio na Cidade do Aço: memórias dos movimentos sociais em Volta Redonda (1980/1990)”. In: *Revista de História Oral (RJ)*, v. 9 2006, 2007.

SANTANA, Marco e MOLLONA, Massimiliano. “Trabalho e Ação Coletiva: memória, espaço e identidades sociais na cidade do aço” in *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 125-148, jan./jun. 2013.

SARLO, Beatriz. *Tiempo Pasado: cultura de la memoria y primera persona*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

SARTI, Cynthia. “A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha” in *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n° 42, jul/dez. 2014, pp. 77-105.

UFF-VR. “Relatório Parcial” in CEV-Rio. *Relatório*. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

WEFFORT, Francisco. *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco*, 1968, São Paulo, Cebrap, 1972.

WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período (1945/1964)”. *Revista de Cultura Contemporânea*, nº1, São Paulo, Cedec, 1978.

ⁱ Para uma análise das relações entre memória e identidade, ver HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 e POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. *Estudos históricos*, n. 10. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1992.

ⁱⁱ LOVISOLO, Hugo. *A memória na formação dos homens*. *Estudos Históricas*, vol.2 n.3. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.